



Semet-Segurança do Trabalho
CNPJ:37.127.478/0001-97

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

RADDI INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS LTDA
DOCUMENTO BASE – 09/08/2024
REVISÃO ANUAL OBRIGATÓRIA – 09/08/2025

PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

APRESENTAÇÃO

O PCMSO é previsto pela portaria do Ministério do Trabalho nº 24 de 29/12/94 na Norma Regulamentadora nº 7, a qual determina que todos os empregadores ou instituições que admitam trabalhadores como empregados regidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, elaborem e implementem tal programa.

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho. Deve considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, dando ênfase à parte clínica e epidemiológica na abordagem da relação entre a Saúde e Segurança do Trabalho.

O PCMSO deve ter caráter de prevenção com promoção da Saúde, rastreamento e diagnóstico precoce com recuperação dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos à saúde dos trabalhadores.

O PCMSO é um documento escrito que norteia as ações práticas do programa, devendo ser elaborado por Médico do Trabalho, onde o nível de sua complexidade depende basicamente dos riscos existentes em cada empresa.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL		Nº DE INSCRIÇÃO
RADDI INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS LTDA		03.358.787/0001-56
ENDEREÇO		CEP
SIT BARRO PRETO, S/N		13760-000
BAIRRO	CIDADE	UF
ZONA RURAL	TAPIRATIBA	SP
TELEFONE	CELULAR	BAIRRO
(19) 3608-1902	(19) 98150-2544	ZONA RURAL
RAMO DE ATIVIDADE		
FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES, EXCETO ORGANO-MINERAIS		
CNAE	GRAU DE RISCO (NR-4)	INSCRIÇÃO ESTADUAL
2013402	3	683068011116
TOTAL DE TRABALHADORES	HOMENS	MULHERES
0	0	0
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA		
NOME	CONTATO (TELEFONE, EMAIL, ETC.)	
ADRIANO CESAR RADDI	(19) 3608-1902 - TRANSERDESENTUPIDORA@GMAIL.COM	

2. VIGÊNCIA

Este PCMSO terá vigência de 09/08/2024 a 09/08/2025.

3. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Empresa: Semet-Segurança do Trabalho

Responsável: Dr. José Roberto Merli, CRM 32845 - SP

4. SESMT

Operacionalizar o PCMSO, juntamente com a área médica.

As empresas deverão manter, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

A NR-4 do MTE estabelece:

4.1. As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. (C = 104.001-4 / I = 2)

4.2. O dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho vincula-se à gradação do risco da, atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, constantes dos Quadros I e II, anexos, observadas as exceções previstas nesta NR. (C = 104.002-2 / I = 1)

4.20. Quando se tratar de empreiteiras ou empresas prestadoras de serviços, considera-se estabelecimento, para fins de aplicação desta NR, o local em que os seus empregados estiverem exercendo suas atividades.

GRAU DE RISCO	Nº DE EMPREG. NO ESTABLCMTO.	50 A 100	101 A 250	251 A 500	501 A 1000	1001 A 2000	2001 A 3500	3501 A 5000	ACIMA DE 5.000 PARA CADA GRUPO DE 4.000 OU FRAÇÃO ACIMA DE 2.000**
	TÉCNICOS								
3	TÉCNICO SEG. TRABALHO	-	1	2	3	4	6	8	3
	ENGENHEIRO SEG. TRABALHO	-	-	-	1*	1	1	2	1
	AUX. ENFERMAGEM NO TRABALHO	-	-	-	-	1	2	1	1
	ENFERMEIRO DO TRABALHO	-	-	-	-	-	-	1	-
	MÉDICO DO TRABALHO	-	-	-	1*	1	1	2	1

GRAU DE RISCO	Nº DE EMPREG. NO ESTABL	50 A 100	101 A 250	251 A 500	501 A 1000	1001 A 2000	2001 A 3500	3501 A 5000	ACIMA DE 5.000 PARA CADA GRUPO DE 4.000 OU FRAÇÃO ACIMA DE 2.000**
	CMTO. TÉCNICOS								
(*)- TEMPO PARCIAL (MÍNIMO DE TRÊS HORAS) (**)- O DIMENSIONAMENTO TOTAL DEVERÁ SER FEITO LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O DIMENSIONAMENTO DA FAIXA DE 3.501 A 5.000 MAIS O DIMENSIONAMENTO DO(S) GRUPO(S) DE 4.000 OU FRAÇÃO DE 2.000.					OBS.: HOSPITAIS, AMBULATÓRIOS, MATERNIDADES, CASAS DE SAÚDE E REPOUSO, CLÍNICAS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES COM MAIS DE 500 (QUINHENTOS) EMPREGADOS DEVERÃO CONTRATAR UM ENFERMEIRO DO TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL.				

5. LEGISLAÇÃO

Em atendimento à Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), intitulada Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, aprovada pela portaria SST nº 24, de 29/12/1994, publicada no DOU de 30/12/1994, seção I, páginas 21.278 a 21.280, e alterada em parte pela portaria SST nº 08, de 08/05/1996, publicada no DOU do dia 13/05/1996, seção I, páginas 7.876 a 7.877, republicada no DOU do dia 13/05/1996, seção I, página 8.202.

6. DEFINIÇÕES E SIGLAS

- ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Acidente:** Evento imprevisto e indesejável, instantâneo ou não, que resultou em dano à pessoa (inclui a doença do trabalho e a doença profissional), ao patrimônio (próprio ou de terceiros) ou impacto ao meio ambiente. Nota: Segundo a legislação brasileira (Lei 8.213/98), as doenças ocupacionais estão incluídas no conceito de acidente do trabalho;
- Anomalia:** Situação ou evento indesejável que resulte ou que possa resultar em danos ou falhas que afetem pessoas, o meio ambiente, o patrimônio (próprio ou de terceiros), os produtos ou os processos produtivos;
- APR:** Análise Preliminar de Riscos;
- ASO:** Atestado de Saúde Ocupacional;
- CAT:** Comunicação de Acidente de Trabalho;
- CNAE:** Código Nacional de Atividade Econômica;
- CNPJ:** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- CRM:** Conselho Regional de Medicina;
- DORT:** Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho;
- Empregador:** conforme a NR 1, considera-se empregador, a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços;
- EPI:** Equipamento de Proteção Individual;
- EPC:** Equipamento de Proteção Coletiva;
- FDT:** Frente de Trabalho;
- GHE:** Grupo Homogêneo de Exposição;
- HHER:** Homem-hora de Exposição ao Risco;
- Incidente:** Evento relacionado ao trabalho no qual uma lesão ou doença ou fatalidade ocorreu ou poderia ocorrer;
- LER:** Lesões por Esforços Repetitivos;
- LTCAT:** Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (Avaliação técnica dos agentes ambientais nos locais de trabalho);
- Limite de Tolerância (LT):** Concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;
- LV:** Lista de Verificação;
- MTE:** Ministério do Trabalho e Emprego;
- NIOSH:** National Institute of Occupational Safety and Health; Nível de Ação Valor equivalente a 50% da DOSE para ruído e metade do LT para agentes químicos a partir do qual devem ser iniciadas medidas preventivas de forma a controlar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais possam prejudicar a saúde do trabalhador;
- Não-Conformidade:** Não atendimento a um requisito;

NBR: Norma Brasileira;

NPS: Nível de Pressão Sonora;

NR: Norma Regulamentadora (Ministério do Trabalho e Emprego);

PCA: Programa de Conservação Auditiva;

PCMAT: Programa de Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção;

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; Perigo Situação com potencial de provocar lesões pessoais ou danos à saúde, ao meio ambiente ou às propriedades, ou a uma combinação destes;

PDT: Posto de Trabalho;

PGRSS: Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

PNOC: Para as poeiras ou material particulado que são insolúveis ou de baixa solubilidade a ACGIH define como "PNOC". Traduzido para o português como "Partículas não Especificadas de Outra Maneira. Os PNOC são matérias que não devem conter asbesto em sua composição; a porcentagem de sílica deve ser inferior a 1%; os valores de referência servem como referência para avaliação da jornada de trabalho, no entanto, não devem ser utilizados para exposições de curta duração com valores altos de concentração ambiental; e Não devem ser aplicados para substâncias que causam alterações fisiológicas a baixas concentrações.

PPP: Perfil Profissiográfico Previdenciário;

PPR: Programa de Proteção Respiratória;

PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;

PROERGO: Programa de Ergonomia;

SESMT: Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

SMS: Segurança, Meio Ambiente e Saúde;

TFCA: Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento;

TFSA: Taxa de Frequência de Acidentados sem Afastamento.

7. PRINCÍPIOS GERAIS DO PCMSO

A finalidade do PCMSO relaciona-se à busca constante da melhoria da saúde da população trabalhadora, alicerçando-se principalmente na prevenção, promoção, diagnóstico e recuperação da saúde desta população.

O PCMSO será elaborado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, levando em consideração as queixas, os sinais, os sintomas, o levantamento ambiental, PPRA e o mapeamento dos riscos.

8. MEDIDAS DE CONTROLE ORGANIZACIONAL - EMPREGADOR

A implantação deve ser garantida pelo empregador. Como a implementação, a execução do PCMSO depende dos atos médicos, então somente o médico poderá implementar o PCMSO.

O PCMSO busca promover a saúde de seus trabalhadores através de:

- Elaboração, implantação e acompanhamento do PCMSO;
- Realização dos exames ocupacionais admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função, demissionais e seus respectivos exames complementares como forma de monitoramento do binômio risco/doença;
- Confecção de parecer e comunicação interna ao longo da vigência do programa para que esse continuamente possa ser melhorado.

A empresa deve assumir o comando administrativo e operacional do PCMSO, de forma a garantir sua implementação, com a consciência que seu efetivo cumprimento estará diretamente relacionado à maior satisfação, motivação e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, gerando assim, reflexos positivos em qualidade, produtividade e competitividade de suas atividades industriais.

9. MEDIDAS DE CONTROLE TÉCNICO

a) Realização dos exames médicos ocupacionais. Inspecionar ambientes x condições de trabalho e riscos de acordo com as necessidades diagnosticadas nos exames periódicos;

b) Encarregar dos exames complementares os profissionais e/ou entidades devidamente capacitados, equipados e qualificados.

10. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO FUNCIONAL

10.1. EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

Serão realizados, obrigatoriamente, antes que o trabalhador assuma suas atividades laborativas na Empresa. O candidato será submetido à:

Exame Clínico composto de Anamnese ocupacional, exame físico e mental;

Exames Complementares realizados conforme exigência do cliente ; Exames Complementares realizados para os empregados cujas atividades envolvam riscos específicos, conforme discriminação no PPRA, atendendo o disposto no Quadro I - Parâmetros para Controle Biológico da Exposição a Alguns Agentes Químicos, e no Quadro II - Parâmetro para Monitoração da Exposição Ocupacional a Alguns Riscos à Saúde, de acordo com os termos especificados na NR 7. Após a avaliação clínica e dos exames complementares solicitados realizados e analisados pelo médico, o candidato é considerado adequado ou não à função a que se propôs. Os objetivos do exame admissional são:

Avaliar se o empregado é capaz de desenvolver a tarefa da qual vai ser responsável, com segurança e eficiência, procurando identificar condições de saúde que predisponham aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais; Identificar alterações de saúde que possam ser agravadas pelo exercício da função proposta.

Nota: Os exames complementares serão criteriosamente solicitados pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com a análise ocupacional de cada atividade e o que for considerado importante em virtude da avaliação clínica.

10.2. EXAME MÉDICO PERIÓDICO

O trabalhador será submetido à:

Exame Clínico composto de Anamnese ocupacional, exame físico e mental;

Exames Complementares realizados conforme requisitos do cliente.

Exames Complementares realizados para os empregados cujas atividades envolvam riscos específicos, conforme discriminação no PPRA, atendendo o disposto no Quadro I - Parâmetros para Controle Biológico da Exposição a Alguns Agentes Químicos, e no Quadro II - Parâmetro para Monitoração da Exposição Ocupacional a Alguns Riscos à Saúde, de acordo com os termos especificados na NR 7.

Os objetivos dos exames periódicos são:

Avaliar as repercussões da atividade laboral na saúde do trabalhador;

Diagnosticar precocemente as alterações de saúde relacionadas ou não a atividade de trabalho.

Nota: Os exames complementares serão criteriosamente solicitados pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com a análise ocupacional de cada atividade e o que for considerado importante em virtude da avaliação clínica.

10.3. EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO

Será realizado obrigatoriamente no 1º (primeiro) dia de retorno ao trabalho, em todo o trabalhador que estiver ausente por tempo igual ou maior do que 30 dias, por motivo de doença ou acidente, de origem ocupacional ou não, ou parto.

O trabalhador será submetido à:

Exame Clínico composto de Anamnese ocupacional, exame físico e mental;

Exames Complementares realizados conforme requisitos do cliente.

Exames Complementares realizados para os empregados cujas atividades envolvam riscos específicos, conforme discriminação no PPRA, atendendo o disposto no Quadro I - Parâmetros para Controle Biológico da Exposição a Alguns Agentes Químicos, e no Quadro II - Parâmetro para Monitoração da Exposição Ocupacional a Alguns Riscos à Saúde, de acordo com os termos especificados na NR 7.

O objetivo do exame de retorno ao trabalho é:

Avaliar se o funcionário, após recuperação de sua saúde, mantém a capacidade de desenvolver a mesma atividade laboral anterior ao afastamento, com segurança e eficiência, procurando identificar condições de saúde que predisponham aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais;

Nota 1: Caso não haja condição laboral plena, o médico deve orientar as áreas acerca das condições de trabalho para o qual o empregado está apto, permitindo a adaptação desse a novas atividades de trabalho.

Nota 2: Os exames complementares serão criteriosamente solicitados pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com a análise ocupacional de cada atividade e o que for considerado importante em virtude da avaliação clínica.

10.4. EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO

Será realizado obrigatoriamente, antes da mudança de função, entendendo-se como mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho, setor ou unidade que implique na exposição do trabalhador a risco ocupacional diferente daquele a que estava exposto anteriormente. O trabalhador será submetido a:

- Exame Clínico composto de Anamnese ocupacional, exame físico e mental;
- Exames Complementares realizados conforme requisitos do cliente.
- Exames Complementares realizados para os empregados cujas atividades envolvam riscos específicos, conforme discriminação no PPRA, atendendo o disposto no Quadro I - Parâmetros para Controle Biológico da Exposição a Alguns Agentes Químicos, e no Quadro II - Parâmetro para Monitoração da Exposição Ocupacional a Alguns Riscos à Saúde, de acordo com os termos especificados na NR 7.

Os objetivos do exame de mudança de função são:

Avaliar se o funcionário é capaz de desenvolver a nova tarefa da qual vai ser responsável, com segurança e eficiência, procurando identificar condições de saúde que predisponham aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais;

Identificar alterações de saúde que possam ser agravadas pelo exercício da nova função proposta.

Nota: Os exames complementares serão criteriosamente solicitados pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com a análise ocupacional de cada atividade e o que for considerado importante em virtude da avaliação clínica.

10.5. EXAME MÉDICO DEMISSSIONAL

Será obrigatoriamente realizado até No exame médico demissional, será obrigatoriamente realizada em até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 135(cento e trinta e cinco) dias para as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo o Quadro 1 da NR-4; 90(noventa) dias para as empresa de graus de risco 3 e 4, segundo o Quadro 1 da NR 4 :

Exame Clínico composto de Anamnese ocupacional, exame físico e mental;

Exames Complementares realizados conforme requisitos do cliente. Exames Complementares realizados para os empregados cujas atividades envolvam riscos específicos, conforme discriminação no PPRA, atendendo o disposto no Quadro I - Parâmetros para Controle Biológico da Exposição a Alguns Agentes Químicos, e no Quadro II - Parâmetro para Monitoração da Exposição Ocupacional a Alguns Riscos à Saúde, de acordo com os termos especificados na NR 7.

Os objetivos do exame demissional são:

Avaliar as repercussões da atividade laboral na saúde do trabalhador ao longo do tempo de exposição;

Diagnosticar precocemente as alterações de saúde, relacionadas ou não a atividade de trabalho, motivadoras ou não de inaptidão, que necessitem de tratamento médico especializado para o qual o médico deve encaminhá-lo mediante orientação, independente do seu desligamento ou não da empresa.

Nota: Os exames complementares serão criteriosamente solicitados pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com a análise ocupacional de cada atividade e o que for considerado importante em virtude da avaliação clínica.

11. AVALIAÇÃO DOS RISCOS ANALISADOS

Este tem como objetivo proceder ao reconhecimento e avaliação do potencial dos riscos à saúde dos trabalhadores oriundos da exposição aos agentes de risco presentes nas atividades, ambientes e postos de trabalho. Aqui o PCMSO se inter-relaciona e sucede às ações previstas na NR-9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), utilizando as informações levantadas pelo responsável técnico, relativos à mensuração e controle dos riscos encontrados.

12. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O departamento médico, atendendo à legislação vigente (NR-7) e buscando um melhor selecionamento para os funcionários, devido à grande responsabilidade que lhes é incumbida, solicitará aos mesmos, quando submetidos a exames ocupacionais, os exames complementares mencionados no ANEXO I - Tabela e Cronograma de Ações de Monitoramento, e os exames médicos relacionados aos riscos avaliados por função.

O exame Beta-HCG será realizado em todo demissional de colaboradores do sexo feminino, tendo em vista a estabilidade de emprego gerada pela gestação.

13. IMPORTÂNCIA E ASPECTOS DOS EXAMES COMPLEMENTARES

• As periodicidades mínimas dos principais exames complementares estão descritas na Norma Regulamentadora nº 7, que é a base legal do PCMSO. Quando não houver uma especificação clara na NR-7, a periodicidade fica a critério do médico coordenador ou do

agente de inspeção do Ministério do Trabalho (fiscal);

- O Departamento de Pessoal da empresa deve ficar atento aos prazos contidos no programa e a não observância dos mesmos pode ser fator gerador de notificações e multas;
- As alterações de periodicidade que porventura se façam necessárias deverão ser comunicadas com antecedência pela empresa Azevedo Serviços e Treinamentos;
- As audiometrias realizadas durante o exame admissional deverão ser repetidas, por força da lei, conforme NR-7 - Anexo I, com redação dada pela portaria nº 19, de 09/04/1998;
- Todos os casos de colaboradores com audiometrias alteradas por via aérea, deverão ser submetidos ao exame por via óssea;
- Laudos para aposentadoria especial, LTCAT e PPP deverão ser baseados nos levantamentos ambientais realizados pela contratação do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, de acordo com a exigência da Norma Regulamentadora nº 9;
- Perícias de insalubridade ou periculosidade não são objeto do PCMSO, devendo nesse caso ser contratado perito assistente pela empresa RADDI INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS LTDA;
- Todos os colaboradores com resultados de exames alterados poderão ser convocados pelo médico do trabalho e os mesmos deverão consultar durante o expediente, tendo a empresa o direito de solicitar comprovante de comparecimento ao serviço médico;
- Os colaboradores cujos exames de laboratório apresentarem alteração poderão ser convocados para repetir os exames;
- Os colaboradores que apresentarem alterações de exame clínico (ex.: pressão alta), poderão ser convocados ao serviço médico e submetidos a outros exames que se façam necessários;
- Nos casos duvidosos, os colaboradores com alterações de sua saúde poderão ser encaminhados a outros especialistas para esclarecimento de diagnóstico de doenças, especialmente ocupacionais (doenças do trabalho).

14. EXAMES COM ALTERAÇÕES

A periodicidade do exame será reduzida e, nos casos que atinjam IBMP - Índice Biológico Máximo Permitido, os colaboradores serão trocados de função, evitando a sua exposição ao agente de risco até sua normalização. Nos casos de mudança de função por doença ocupacional ou suspeita da mesma e não ocorrer a melhora do quadro clínico, serão encaminhados à perícia médica do INSS para estabelecimento de nexo causal.

15. ACIDENTES DE TRABALHO, EMERGÊNCIAS E/OU URGÊNCIAS

Todo colaborador que vier a sofrer um acidente de trabalho, emergências e/ou urgências, deverá ser encaminhado ao Pronto Socorro mais próximo.

Na ocorrência de acidente de trabalho, a CAT -Comunicação de Acidente de Trabalho -deverá ser emitida e entregue no prazo 24 horas.

16. ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO

Para cada exame ocupacional realizado, previsto na NR 7, item 74.1, será emitido um atestado de saúde ocupacional (ASO) em 03 vias. A primeira via do ASO, ficará arquivada no local de trabalho, a disposição da fiscalização do trabalho, a segunda via ficará arquivada no prontuário médico do trabalhador e a terceira via será entregue ao trabalhador mediante recibo assinado na primeira via.

O médico examinador deve emitir uma conclusão, indicando uma das alternativas:

Apto para a função;

Inapto para a função.

Doenças e condições que devem contraindicar a admissão do candidato a emprego:

Doença que possa ser agravada pelas condições e ambiente de trabalho, independente das medidas de controle adotadas;

Doença irreversível acompanhada de deficiência orgânica ou psíquica capaz de comprometer o desempenho profissional com segurança;

Doença grave, irreversível e progressiva para a qual a terapêutica disponível não permita a recuperação da capacidade laboral;

Outras condições relacionadas à saúde que possam ser agravadas pelo exercício profissional, que incapacite para a função ou que ponha em risco a sua integridade física ou de terceiros.

No ASO, deverá constar obrigatoriamente:

Nome completo do trabalhador;

Número de registro de identidade (CPF ou RG);

Função do trabalhador;

Definição de apto ou inapto à função específica que exerce;

Indicação dos exames médicos e complementares que realizou e datas da realização;

Indicação dos riscos a que está exposto o trabalhador conforme tabela (anexo IV) da NR 7;

Nome do médico coordenador do PCMSO com CRM;

Nome do médico encarregado do exame com endereço ou forma de contato, data, carimbo com CRM e assinatura do exame;

Data e assinatura do candidato.

Nota 1: Os exames de monitoração biológica semestral, não necessitam novo exame clínico. Entretanto é obrigatória a emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) para esse fim, onde constem os exames realizados e a data de sua realização.

17. ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Todos os registros deverão ser arquivados por um período legal de 20 (vinte) anos, após o desligamento do trabalhador da empresa;

Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

18. RELATÓRIO ANUAL

O relatório anual deverá discriminar, por setores da empresa, o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas complementares e estatísticas de resultados considerados anormais.

19. CONVÊNIOS MÉDICOS

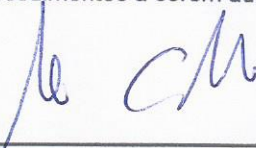
Toda e qualquer questão de saúde não ocupacional fica sob inteira responsabilidade da empresa RADDI INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS LTDA.

20. TREINAMENTOS

Caso haja necessidade de treinamentos, os mesmos serão realizados de acordo com a legislação específica, ficando sob responsabilidade da empresa RADDI INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS LTDA.

21. TERMO DE RESPONSABILIDADE

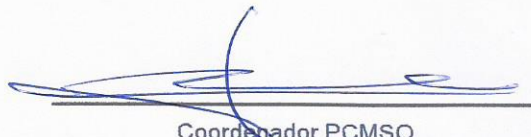
E, por estarem cientes das responsabilidades e procedimentos a serem adotados, assinam as partes o presente documento.



RADDI INDUSTRIA E COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS LTDA

Representante: ADRIANO CESAR RADDI

CPF: 855.475.146-91



Coordenador PCMSO

Dr. José Roberto Merli

CRM: 32845 - SP

Data de Emissão: 09/08/2024- Fim da Validade: 09/08/2025

22. ANEXO I - TABELA E CRONOGRAMA DE AÇÕES DE MONITORAMENTO

Este anexo descreve o cronograma de ações de monitoramento estabelecidas para cada função de acordo com os riscos ocupacionais e ambientais analisados:

SETOR	FUNÇÃO	Nº DE FUNCIONÁRIOS	ATIVIDADES
-------	--------	--------------------	------------

Total de funcionários atual: 0

FUNÇÃO	SETOR
--------	-------

MONITORAMENTO MÉDICO DE CARGOS/FUNÇÕES

DISCRIMINAÇÃO DOS EXAMES				
FUNCIONÁRIO	EXAMES	TIPO	PERIODICIDADE	MEDICO EXAMINADOR

23. ANEXO II - CRONOGRAMA DE AÇÕES ANUAL DO PCMSO

ITEM	AÇÃO PLANEJADA	01/2024	02/2024	03/2024	04/2024	05/2024	06/2024	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024
------	----------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------